



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal  
Subsecretaria do Patrimônio Cultural  
Diretoria de Preservação

Estudo Técnico Preliminar - ETP - SECEC/SUPAC/DIPRES

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa, nos termos da Lei Nº 14.133/2021, para elaboração de projetos em nível executivo de arquitetura e complementares, referentes ao restauro das edificações que compõem o Museu Catetinho e sua área de locação, situado no Park Way - Trevo do Gama, Brasília/DF.

1.2. O Catetinho tem área total de 40.925,29 m<sup>2</sup> e a contratação deve contemplar:

- a) Palácio de tábuas: 265,30 m<sup>2</sup>;
- b) Anexo de Serviço: 147,55 m<sup>2</sup> ;
- c) Churrasqueira: 5,00 m<sup>2</sup>;
- d) Lanchonete: 38.20 m<sup>2</sup>;
- e) Administração (a construir): 40,00 m<sup>2</sup> (área correspondente à edificação pré-existente);
- f) Área do picnic: área aberta com mobiliário urbano.

## **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

2.1. Esta contratação decorre da contemplação desta Secretaria de Estado Cultura e Economia Criativa no Programa PAC Seleções do Governo Federal, com vistas à transferência de recursos para a elaboração de projetos executivos para o fomento da preservação do Patrimônio Cultural brasileiro.

2.2. O Museu do Catetinho, localizado na antiga área do residencial Presidencial, desempenha um papel fundamental na preservação da memória da construção de Brasília. Inaugurado durante a segunda visita presidencial ao sítio de Brasília, em 1956, foi o primeiro local de trabalho dos diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, assim como pelo próprio Presidente da República durante suas visitas à obra da capital. O conjunto de edificações que compõem o Catetinho foi inserido no Livro do Tombo Histórico do patrimônio nacional, a pedido do próprio Juscelino Kubitschek, conforme SPHAN 21/07/1959 (Processo nº 594 -T-59).

2.2.1. Atualmente, o conjunto arquitetônico abriga um rico acervo histórico e cultural. Por se tratar de um equipamento cultural carregado de valores históricos, artísticos, socioculturais e imateriais que o torna único e portador de identidade e de pertencimento social, o espaço recebe, em média, 3 (três) mil visitantes por mês.

2.3. De forma geral, conforme levantamentos técnicos preliminares e avaliações de conservação recentes, o Museu do Catetinho apresenta um estado de conservação regular. Esta condição, embora demande atenção e intervenção profissional, configura um cenário favorável à implementação de propostas de restauro e manutenção de caráter menos invasivo ao bem tombado. Essa classificação implica que as patologias e deteriorações existentes, embora presentes, não atingiram um nível crítico que exigisse intervenções de grande porte. Desta forma, as propostas de projeto poderão priorizar métodos e técnicas de restauro curativo e preventivo, focados na estabilização dos materiais originais, na correção de pontuais anomalias e na implementação de medidas preventivas para retardar o processo natural de degradação, como também, de atualização tecnológica e de acessibilidade.

2.4. Destaca-se também que o Museu não apresenta condições de acessibilidade em conformidade com a legislação vigente e que esta contratação de projetos irá contribuir para tornar o Museu um equipamento cultural mais acessível.

2.5. A elaboração dos projetos necessários para a restauração do Museu do Catetinho, significa cumprir

com a missão institucional da Secretaria de Cultura de Economia Criativa, investindo e preservando o Patrimônio Cultural do Distrito Federal e do Brasil, em consonância com as competências legais descritas no Decreto N°32.587, 2010:

Art. 1º À Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, órgão de direção superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, compete:

I - formular e executar a política cultural do Distrito Federal;

**II - propiciar o acesso à cultura, por meio da manutenção dos bens, espaços e instituições culturais do Distrito Federal;**

III - incentivar a produção cultural do Distrito Federal, por meio do Fundo da Arte e da Cultura e de incentivos fiscais

IV - incentivar os programas de valorização e profissionalização dos artistas e técnicos da área de cultura do Distrito Federal;

V - promover, apoiar e patrocinar a produção de eventos artísticos, culturais e científicos do Distrito Federal; e

**VI - preservar a memória cultural do Distrito Federal.** (Decreto N°32.587, 2010, grifo nosso)

2.6. Por fim, cabe destacar que a elaboração destes projetos, visa restaurar o Catetinho e entregar ao público um espaço de grande relevância cultural e histórica, com singularidade e autenticidade reconhecidas como Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Além de garantir a unidade potencial, o uso e a fruição plena de todo o conjunto do Museu, abarcando as edificações, o meio ambiente e as exposições museológicas, garantindo acessibilidade e segurança.

### **3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

A contratação de pessoa jurídica, nos termos da Lei N° 14.133/2021, para elaboração de projetos em nível executivo de arquitetura e complementares, referentes ao restauro das edificações que compõem o Museu do Catetinho, situado no Park Way - Trevo do Gama, Brasília/DF, está vinculada à contemplação desta Secretaria de Cultura no Programa PAC Seleções do Governo Federal, com vistas à transferência de recursos para a elaboração de projetos executivos para o fomento da preservação do Patrimônio Cultural brasileiro.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica especializada, bem como apresentar documentação comprobatória de qualificação técnico-profissional nos seguintes termos:

a) Registro ou inscrição da empresa, em plena validade, que comprove regularidade junto a entidade profissional competente: Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) ou Conselho de Engenharia (CREA). Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

b) Profissional de Arquitetura e Urbanismo - Coordenador de Projeto - com diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Arquitetura, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e inscrição regular no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), com experiência comprovada em elaboração de projetos arquitetônicos de restauro para bens tombados - em edificações e/ou áreas livres de acesso ao uso público - e coordenação de projetos; Esta comprovação pode se dar por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, contratos atestados ou relatórios de execução devidamente assinados pelas partes e reconhecido; profissional este que será o Responsável Técnico dos projetos arquitetônicos, com emissão de devido Registro de Responsabilidade Técnica - RRT;

c) Profissional de Engenharia ou de Arquitetura e Urbanismo com experiência em projeto

arquitetônico de intervenção de restauro em edificações de madeira: apresentação de Certidão de Acervo Técnico, emitida por CAU ou CREA, com no mínimo 3(três) experiências comprovadas de emissão de laudos de patologias em edifícios de madeira e Atestado de Capacidade Técnica de no mínimo 1 (um) projeto de recuperação do concreto aparente.

d) Profissional de Engenharia Civil com diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e inscrição regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com experiência comprovada de, pelo menos, 03 (três) projetos de reforço estrutural e soluções construtivas em edificação com estrutura de madeira. Esta comprovação pode se dar por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, contratos atestados ou relatórios de execução devidamente assinados pelas partes e reconhecido; profissional este que será o Responsável Técnico dos projetos arquitetônicos, com emissão da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - RRT;

e) Profissional de Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo ou Técnico Industrial com conhecimento comprovado e experiência em projetos de drenagem em espaços livres de uso público: apresentação de Certidão de Acervo Técnico, emitida por CAU ou CREA, que comprove experiência com pelo menos 1 (um) projeto de drenagem em espaços livres de uso público.

f) Os demais membros da equipe de projeto como engenheiros eletricitas, hidráulico e outros que se façam necessários, devem apresentar diploma, devidamente registrado, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, com Inscrição ativa no respectivo conselho profissional.

4.1.1. Entende-se que toda a comprovação de qualificação técnico-profissional indicada no item 4.1. é a mínima exigida para que a empresa concorra ao certame.

4.2. A CONTRATADA deve emitir declaração, assinada por todos os integrantes da equipe técnica, de que tem ciência do integral conteúdo deste Edital e que aceita participar da Equipe Técnica do licitante como responsável técnico pelo projeto para o qual foi indicado.

## **SUBCONTRATAÇÃO**

4.3. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.3.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na execução do projeto de arquitetura de restauro e na coordenação técnica e compatibilização do projeto de arquitetura e urbanismo com as demais disciplinas. Os demais projetos poderão ser subcontratados, conforme § 2º, art. 122 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que atendam aos mesmos critérios de qualificação técnica da licitante. A possibilidade de subcontratação no presente caso justifica-se em razão da própria característica do objeto, que agrega disciplinas de várias áreas de domínio técnico específico. Além disso, a subcontratação é prática usual no setor de Arquitetura e Engenharia, especialmente na elaboração de projetos, justamente devido ao seu caráter interdisciplinar por natureza. Por fim, a possibilidade de subcontratação visa ampliar a competitividade do certame e, em última análise, proporcionar maior economicidade para a Administração Pública.

4.3.2. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela CONTRATANTE, que verificará, quanto à empresa subcontratada, o atendimento a todas as condições de habilitação constantes do edital, especialmente quanto à regularidade jurídica, idoneidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, devendo atender também as seguintes exigências:

a) Os serviços especializados a cargo de diferentes firmas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais;

b) Subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e contratuais;

c) A CONTRATADA responderá perante a Administração pela parte que subcontratou.

VISTORIA

4.4. A vistoria técnica prévia ao início dos serviços é imprescindível e obrigatória para conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto contratado, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em pretensões de acréscimo de preços e/ou de prazos;

4.4.1. A vistoria técnica deve ser acompanhada por servidor designado para esse fim. Para tanto, o agendamento deve ser feito de segunda à sexta feira, das 10h às 12h ou das 14h às 18h através do telefone (61) 3325-6222 (Diretoria de Preservação) ou pelo e-mail? [dipres@cultura.df.gov.br](mailto:dipres@cultura.df.gov.br).

4.4.2. A CONTRATADA deverá realizar vistoria técnica, quantas vezes se façam necessárias, para analisar e mapear todos os danos e aspectos ao qual o Museu se encontra, em data e horário definidos junto à Secretaria de Cultura, no setor da Diretoria de Preservação - DIPRES.

4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. Durante vistoria programada, será autorizada a realização de testes físico-químicos e de exames que a CONTRATADA julgar necessários para elaboração de um projeto consistente. Tais testes devem, indispensavelmente, ser aprovados previamente pela equipe técnica da Diretoria de Preservação (DIPRES) da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), que irá acompanhar a vistoria.

4.4.5. Como resultado da vistoria, deverá ser fornecido pela CONTRATADA o mapa de danos de patologias arquitetônicas e estruturais que serão usados como fator determinante na elaboração dos projetos.

4.4.6. Como resultado da vistoria, será fornecida pela equipe da Dipres uma declaração formal confirmando que a proponente realizou a vistoria *in loco*;

4.4.6.1. Esta Declaração deve compor a proposta da concorrente ao certame, já que a vistoria é requisito obrigatório.

DOS PROJETOS

4.5. O projeto para restauro do Museu do Catetinho deverá conter, obrigatoriamente:

<b>PRODUTO 01   IDENTIFICAÇÃO, CONHECIMENTO DO BEM E ESTUDO PRELIMINAR</b> <b>Prazo 120 dias corridos</b>
Pesquisa Histórica
Serviços preparatórios para execução de levantamentos (inclui serviços como limpeza de terreno)
Levantamento físico (inclui serviços como levantamento de dados cartoriais e jurídicos, topografia, levantamento cadastral, levantamento pictórico e levantamento por fotogrametria)
Análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo (inclui serviços como prospecção arquitetônica, estrutural e sistema construtivo, de instalações, arqueológica e de bens integrados)
Diagnóstico (inclui serviços como análise do estado de conservação, análise estética, mapeamento e diagnóstico de danos e diagnósticos complementares)
Estudo Preliminar

<b>PRODUTO 02   ANTEPROJETOS Prazo 90 dias corridos</b>
Anteprojeto arquitetônico de restauro das edificações
Anteprojeto de comunicação e sinalização visual
Anteprojeto de estruturas das edificações
Anteprojeto de instalações hidrossanitárias
Anteprojeto de drenagem de águas pluviais e impermeabilização
Anteprojeto de Instalações elétricas e eletrônicas das edificações e das áreas externas
Anteprojeto de luminotecnica (inclui iluminação de emergência)
Anteprojeto de prevenção e combate a incêndios
Anteprojeto de SPDA
Anteprojeto de telefonia e rede lógica
Anteprojeto de CFTV/alarme/segurança
Anteprojeto de instalações mecânicas: ventilação, exaustão e ar-condicionado
Anteprojeto de mobiliário urbano
Anteprojeto de acessibilidade para todas a edificações e áreas de entorno
Memorial descritivo
Caderno de Especificação Preliminar de Materiais e Serviço
Orçamento Paramétrico
<b>PRODUTO 03   PROJETOS EXECUTIVOS Prazo 120 dias corridos</b>
Projeto arquitetônico executivo de restauro
Projeto executivo de comunicação e sinalização visual
Projeto de estruturas das edificações
Projeto executivo de instalações hidrossanitárias
Projeto executivo de drenagem de águas pluviais e impermeabilização

Projeto executivo de Instalações elétricas e eletrônicas
Projeto executivo de luminotecnica (inclui iluminação de emergência)
Projeto executivo de prevenção e combate a incêndios
Projeto executivo de SPDA
Projeto executivo de telefonia e rede lógica
Projeto executivo de CFTV/alarme/segurança
Projeto executivo de instalações mecânicas: ventilação, exaustão e ar-condicionado
Projeto de mobiliário urbano
Projeto de acessibilidade e mobilidade
Memorial descritivo
Caderno de encargos
Caderno de especificações técnicas
Orçamento Executivo

Tabela 1. Produtos

<sup>1</sup>O orçamento apresentado no produto 3 deve contemplar todo o planejamento orçamentário e financeiro para a execução integral da obra, devendo contemplar o cronograma físico-financeiro da intervenção, planilhas sintéticas e analíticas, composições de custos unitários e memória de cálculo dos quantitativos e coeficientes utilizados em sua elaboração. Considerando a possibilidade de financiamento das futuras intervenções por recursos federais, esse orçamento deve obrigatoriamente ser elaborado segundo às disposições do Decreto Federal nº 7.983 de 08 de abril de 2013 e levando em consideração acórdãos e orientações técnicas publicados pelo Tribunal de Contas da União e publicações do Iphan a respeito do tema.

4.5.1. Os projetos devem descrever minuciosamente todas as etapas da proposta de tratamento, em nível executivo, detalhando os materiais e as técnicas a serem utilizadas na intervenção, além de apresentarem justificativas teóricas para as abordagens técnico-científicas selecionadas, com memorial técnico descritivo/justificativo e seus respectivos Registros/Anotação de Responsabilidade Técnica dos projetos.

4.5.2. A edificação da Administração a ser construída, apresentava anteriormente uma área de 40,00 m². Esta área, contudo, poderá ser objeto de revisão e adequação, em consonância com o programa de necessidades a ser desenvolvido pela CONTRATADA, visando otimizar o uso do espaço e atender às demandas específicas do projeto de restauro.

4.5.3. Cada produto deverá ser aprovado pela equipe técnica da Diretoria de Preservação (Dipres) da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (Supac) da Secretaria de cultura e Economia Criativa;

4.5.3.1. Por se tratar de um bem tombado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional do Distrito Federal (Iphan-DF), cada produto também deverá ser aprovado pela equipe técnica do Iphan-DF, conforme condições estabelecidas na Portaria Iphan N° 420, de 22

**5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO**

<b>CONTRATAÇÃO</b>	Projeto Arquitetônico de Restauro e respectivos Projetos Complementares, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e demais documentos preparatórios para contratação de obra de restauro do Museu do Catetinho.
<b>LOCAL</b>	Brasília/DF
<b>VALOR GLOBAL</b>	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Tabela 2 - Valor global da contratação

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Embora seja um mercado especializado e que os requisitos para a contratação estejam bem definidos, existem no mercado empresas especializadas em Projetos de Restauro de Edificações que tornam o certame possível.

Em consulta ao banco de dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, foi possível observar que existem 1.490 empresas de arquitetura registradas no Distrito Federal. Ainda que nem todas estas empresas tenham expertise em projetos de restauro e, ainda mais, em restauro de edificações de madeira, é possível aferir que existem possibilidades de concorrência. Ademais, o certame será aberto para empresas do país todo, o que aumenta consideravelmente as chances de concorrência.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

7.1. Resumidamente, deverão ser realizados os serviços técnicos de arquitetura e de engenharia listados a seguir:

<b>IDENTIFICAÇÃO E CONHECIMENTO DO BEM</b>
<p>Pesquisa Histórica;</p> <p>Serviços preparatórios para execução de levantamentos;</p> <p>Levantamento físico (inclui serviços como levantamento de dados cartoriais e jurídicos, topografia, levantamento cadastral, levantamento pictórico e levantamento por fotogrametria);</p> <p>Análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo (inclui serviços como prospecção arquitetônica, estrutural e sistema construtivo, de instalações, arqueológica e de bens integrados);</p> <p>Diagnóstico (inclui serviços como análise do estado de conservação, análise estética, mapeamento e diagnóstico de danos e diagnósticos complementares)</p> <p>Estudo Preliminar</p>
<b>PROJETOS</b>

<p>Projeto de arquitetura;</p> <p>Projeto de comunicação e sinalização visual;</p> <p>Projeto estrutural das edificações;</p> <p>Projeto de instalações hidrossanitárias;</p> <p>Projeto de drenagem de águas pluviais e impermeabilização;</p> <p>Projeto de instalações elétricas e eletrônicas;</p> <p>Projeto luminotécnico;</p> <p>Projeto de prevenção e combate a incêndios;</p> <p>Projeto de SPDA;</p> <p>Projeto de telefonia e rede lógica;</p> <p>Projeto de CFTV/alarme/segurança;</p> <p>Projeto de instalações mecânicas: ventilação, exaustão e ar-condicionado;</p> <p>Projeto de mobiliário urbano;</p> <p>Projeto de acessibilidade e mobilidade.</p>
<b>DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR</b>
<p>Manual de uso e manutenção dos edifícios;</p> <p>Cronograma físico-financeiro da obra;</p> <p>Planilhas orçamentárias;</p> <p>Memorial descritivo;</p> <p>Cadernos de encargos.</p>

Tabela 3. Escopo resumido

7.2. As entregas deverão ser realizadas de forma faseada, de acordo com a tabela a seguir:

<p><b>PRODUTO 01   IDENTIFICAÇÃO, CONHECIMENTO DO BEM E ESTUDO PRELIMINAR</b></p> <p><b>Prazo 120 dias corridos</b></p>
Pesquisa Histórica
Serviços preparatórios para execução de levantamentos (inclui serviços como limpeza de terreno)
Levantamento físico (inclui serviços como levantamento de dados cartoriais e jurídicos, topografia, levantamento cadastral, levantamento pictórico e levantamento por fotogrametria)
Análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo (inclui serviços como prospecção arquitetônica, estrutural e sistema construtivo, de instalações, arqueológica e de bens integrados)
Diagnóstico (inclui serviços como análise do estado de conservação, análise estética, mapeamento e diagnóstico de danos e diagnósticos complementares)
Estudo Preliminar



<b>PRODUTO 02   ANTEPROJETOS Prazo 90 dias corridos</b>
Anteprojeto arquitetônico de restauro das edificações
Anteprojeto de comunicação e sinalização visual
Anteprojeto de estruturas das edificações
Anteprojeto de instalações hidrossanitárias
Anteprojeto de drenagem de águas pluviais e impermeabilização
Anteprojeto de Instalações elétricas e eletrônicas das edificações e das áreas externas
Anteprojeto de luminotecnica (inclui iluminação de emergência)
Anteprojeto de prevenção e combate a incêndios
Anteprojeto de SPDA
Anteprojeto de telefonia e rede lógica
Anteprojeto de CFTV/alarme/segurança
Anteprojeto de instalações mecânicas: ventilação, exaustão e ar-condicionado
Anteprojeto de mobiliário urbano
Anteprojeto de acessibilidade para todas a edificações e áreas de entorno
Memorial descritivo
Caderno de Especificação Preliminar de Materiais e Serviço
Orçamento Paramétrico
<b>PRODUTO 03   PROJETOS EXECUTIVOS Prazo 120 dias corridos</b>
Projeto arquitetônico executivo de restauro
Projeto executivo de comunicação e sinalização visual
Projeto de estruturas das edificações
Projeto executivo de instalações hidrossanitárias
Projeto executivo de drenagem de águas pluviais e impermeabilização

Projeto executivo de Instalações elétricas e eletrônicas
Projeto executivo de luminotecnica (inclui iluminação de emergência)
Projeto executivo de prevenção e combate a incêndios
Projeto executivo de SPDA
Projeto executivo de telefonia e rede lógica
Projeto executivo de CFTV/alarme/segurança
Projeto executivo de instalações mecânicas: ventilação, exaustão e ar-condicionado
Projeto de mobiliário urbano
Projeto de acessibilidade e mobilidade
Memorial descritivo
Caderno de encargos
Caderno de especificações técnicas
Orçamento Executivo

Tabela 4. Produtos

7.3. Todas os produtos correspondem ao Museu como um todo, considerando sua área total de 40.925,29 m², conforme especificações abaixo:

- a) Palácio de tábuas: 265,30 m²
- b) Anexo de Serviço: 147,55 m²
- c) Churrasqueira: 5,00 m²
- d) Lanchonete: 38.20 m²
- e) Administração (a construir): 40,00 m² (área correspondente à edificação pré-existente);
- f) Área do picnic: área aberta com mobiliário urbano

7.4. Os produtos devem ser entregues conforme cronograma estipulado abaixo:

- PRODUTO 01 | IDENTIFICAÇÃO, CONHECIMENTO DO BEM E ESTUDO PRELIMINAR:** Prazo 120 dias corridos;
- PRODUTO 02 | ANTEPROJETOS:** Prazo 90 dias corridos;
- PRODUTO 03 | PROJETOS EXECUTIVOS:** Prazo 120 dias corridos.

7.5. Quanto ao ciclo de vida, cabe destacar que a validade legal do projeto está atrelada às normativas, regimentos e legislações, como o conjunto de regras técnicas e diretrizes desenvolvidas pela ABNT, por exemplo. Por isso, a validade em termos de aplicabilidade legal dos projetos não é uma determinação exata e quantificável.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação em tela não é recomendado o parcelamento, motivo pelo qual o Edital deve considerar a qualificação técnica compatível ao objeto de forma ampla.

O parcelamento dos itens dos serviços não assegurará boa qualidade, uma vez que as frentes são sequenciais e coordenadas entre si.

Sendo assim justifica-se o não parcelamento da contratação porque:

1. O parcelamento pode onerar os custos operacionais indiretos relativos à execução dos serviços, ao passo que afasta a concorrência de empresas que não teriam interesse em atuar apenas em uma parcela do objeto e;
2. A unicidade do objeto suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes, a um só tempo, celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão unificada dos atos.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

Por meio desta contratação pretende-se alcançar o objetivo de obter Projeto Arquitetônico de Restauro e respectivos Projetos Complementares, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e demais documentos preparatórios para contratação de obra de restauro do Museu do Catetinho.

De posse destes projetos, a Secretaria poderá licitar a execução das obras e garantir a integridade, segurança, acessibilidade, funcionalidade e fruição Museu, Patrimônio Cultural.

Cabe destacar que atualmente a Secretaria não conta com equipe técnica especializada e suficiente para desenvolver um projeto deste porte e tão interdisciplinar, por isso justifica-se a contratação, que se mostra como uma solução com o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Os serviços de manutenção, conservação ou restauração de edifícios de valor histórico são, por natureza, adequados às boas práticas de sustentabilidade, tendo em vista que é priorizado o aproveitamento dos elementos construtivos. Somente quando não possível, pela perda da vida útil, os elementos poderão ser substituídos em parte ou integralmente. Ademais, o objetivo principal da contratação versa sobre a preservação e promoção dos valores culturais associados aos bens, em perfeito alinhamento com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em sua abordagem sobre a dimensão cultural da sustentabilidade nas contratações públicas.

Deverão ser observadas as boas práticas de sustentabilidade, uma vez que a obra resultante do projeto a ser contratado deverá ter baixo impacto ambiental, considerando os critérios estabelecidos no Decreto nº 7746, de 05 de junho de 2012, em especial seus artigos 4º e 6º, e as alterações trazidas pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, conforme o item 10.

Neste sentido, a contratação deverá planejar preliminarmente as seguintes práticas, entre outras: I) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras; e VIII) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Em relação aos possíveis impactos ambientais e medidas de tratamento, será realizada a contratação de projetos de drenagem de águas pluviais e impermeabilização eliminando fontes de danos dos bens.

Os projetos de instalações elétricas e hidráulicas deverão primar pela otimização dos sistemas e redução do consumo.

No que diz respeito à acessibilidade, as propostas projetuais deverão eliminar, ou, quando não for possível devido às características arquitetônicas e construtivas, minimizar as barreiras físicas, sem gerar novas barreiras aos passeios públicos.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

1. Definição de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

**12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, considerando as ponderações relativas à necessidade, solução e planejamento tratadas neste Estudo Técnico Preliminar.

Servidor Técnico:

Keilla Fernanda Argollo Sousa

Matrícula: 0251340-4

RRT: 176507928

De acordo,

APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

**FELIPE RAMÓN MORO RODRIGUEZ**

Subsecretário do Patrimônio Cultural

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE RAMON MORO RODRIGUEZ - Matr.0246895-6, Subsecretário(a) do Patrimônio Cultural**, em 29/07/2025, às 14:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **KEILLA FERNANDA ARGOLLO SOUSA - Matr.0251340-4, Assessor(a)**, em 29/07/2025, às 14:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **176517139** código CRC= **F479A541**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Cultural Sul, Lote 2 - Edifício da Biblioteca Nacional - Bairro Asa Sul - CEP 70070-150 -

